

## O PROBLEMA DOS MICROFUNDAMENTOS PÓS-KEYNESIANOS: MARX, NECESSIDADE OU CONTINGÊNCIA?

Cleyton Alves Candeira Pimentel<sup>1</sup>

Douglas Alcântara Alencar<sup>2</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

O marco do pensamento de Keynes se perpetuou em grandes áreas dentro do corpo teórico e prático das ciências econômicas. E dentre essas perpetuações se encontra uma série de filtros e formas que reinterpretem a Teoria Geral do Juros, Emprego e Renda de 1936, e mais adentre estas, uma se destaca: o pensamento pós-keynesiano; tanto pelo grau de liberdade que a criação de novos conceitos assume quanto pela precisão crítica das análises de conjuntura, o pensamento pós-keynesiano, no entanto, se consagra como uma forma de pensar a Teoria Geral de maneira independente dos fundamentos macroeconômicos neoclássicos.

E por isso mesmo, pelo criticismo, e pela liberdade teórica de arriscar a originalidade é que tal corrente de pensamento se legitima diferente, nos pressupostos básicos do seu programa de pesquisa e nos seus métodos inferidos dentro dos seus modelos de representação. O que sintetiza tamanho peso é o seu caráter, – nas palavras de Dequech (2007), – heterodoxo de tatear os objetos de análise. A qualidade dessa implicação, segundo este autor, é uma negação; contra quem? Aquilo que podemos classificar como mainstream, ortodoxia, isto é, a ala conservadora da maneira de pensar os objetos das ciências econômicas, a ala dos princípios microeconômicos neoclássicos.

Definindo isto, a ortodoxia é considerada o alvo principal das críticas pós-keynesianas. Por outro lado, como coloca Keen (1996, p. 1), atualmente a corrente enfrenta um grave impasse. Em uma das mãos, a escola pós-keynesiana possui enorme interesse nas questões metodológicas de diferentes correntes ditas heterodoxas (desconsiderando a escola austríaca), em outra das mãos, a corrente não aceita outras metodologias que não sejam as suas.

A tradução dessa citação de Keen, como aponta Lima, Amado e Mollo (2016) e Schoder (2017), é que até hoje o campo de exploração dos objetos pós-keynesianos se detiveram ao campo da macroeconomia, e nestes termos, é de extrema importância uma microfundamentação teórica consistente. Vendo essa necessidade, Keen (1996) aposta alto que os pontos metodológicos da lógica dedutiva axiomática entre Marx e Keynes, possivelmente, e somente possivelmente, se interligam.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

<sup>2</sup> Professor e pesquisador do PPGE/UFPA.

A influência das proposições marxistas recaiu sobre alguns dos principais autores da corrente pós-keynesiana, dentre eles, Michael Kalecki, Joan Robinson, Piero Sraffa, Joseph Steindl, e entre outros. Entretanto, essa informação não é nenhuma novidade, e apesar disso, a mescla entre a teoria keynesiana e as concepções marxistas não são totalmente claras. Levando em consideração a correlação entre os seus macrofundamentos, os conceitos não abrangem uma totalidade, mas sim uma parcialidade das concepções teóricas de ambos os autores (LIMA, AMADO e MOLLO, 2016).

Um trabalho de revisão que pode ser levado em conta é a comparação “ex post” da economia política marxista com as contribuições de Sraffa, Keynes, Kalecki, e Minsky feita por Hein (2019). Tais comparações não são de hoje, outros trabalhos de referência ganham destaque, contudo, como o próprio autor sinaliza, apenas perpassam o assunto, – como no primeiro capítulo de Lavoie (2014).

O objetivo principal deste artigo é encontrar os principais resultados desse tema e desenvolver a ideia de uma necessidade de sistematização dos microfundamentos da teoria pós-keynesiana, assim, averiguando possibilidades de hibridismos teóricos mais consistentes com a corrente marxista, quais as controvérsias em relação a tradição destas escolas, quais seriam os pontos de intersecção mais comuns entre ambos, e quais os pontos de discordância mais proeminentes.

Não será preciso resgatar um detalhamento clínico dos principais conceitos que efluem na corrente marxista, pois o foco do trabalho não é uma recapitulação da teoria marxista, por outro lado, é indispensável realizar breves comentários sobre as estruturas axiomáticas presentes na obra d’O Capital. Ao mesmo tempo será essencial realizar uma síntese do programa de pesquisa pós-keynesiano elaborado por Oreiro (2011), e por motivos de comparação os conceitos marxistas serão elucidados no decorrer do texto, não em um tópico específico.

O artigo foi separado em quatro grandes partes com esta introdução: i) a primeira se dirige aos fundamentos da economia pós-keynesiana, seu caráter heterodoxo, princípios e o problema de uma “teoria microeconômica pós-keynesiana”; ii) a segunda parte se dirige a um retrato de influências que Marx teve na corrente pós-keynesiana e a hipótese de Keen (1996) de uma possível microfundamentação marxista; e iii) as considerações finais levam em conta uma síntese dos resultados alcançados.

## **2. FUNDAMENTOS DA ECONOMIA PÓS-KEYNESIANA: PRINCÍPIOS TEÓRICOS, CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E A EXIGÊNCIA DE UMA MICROECONOMIA PÓS-KEYNESIANA**

Em alguns estudos como de Lima, Amado e Mollo (2016) mostram que historicamente a macroeconomia keynesiana esteve bastante íntima dos microfundamentos da economia neoclássica e novo-clássica, onde premissas como de equilíbrio de mercado, predominância dos preços flexíveis na determinação dos salários, e em suma, o caráter marginalista de compreender quantitativamente o comportamento das variáveis, induziu os fundamentos básicos do entendimento macroeconômico.

Na história do pensamento econômico algumas correntes do mesmo viés tomaram notoriedade nesse quesito, e que só a partir da contextualização desta é possível compreender o foco do problema. Além da leitura neoclássica sobre a teoria geral, mais conhecida como a “síntese neoclássica” de John Hicks (1950), há também outras correntes modernas como a teoria dos ciclos reais e a proposta de pesquisa novo-keynesiana (GONTIJO, 2009). Ferreira (2018) observa que há uma exigência peculiar da Teoria Geral absorver uma concepção que fuja das estruturas de mercado convencionais conhecidas pelo mainstream, e que, seus pressupostos merecem ser revistos contra os ambientes de concorrência perfeita.

Ao longo do tempo a economia pós-keynesiana obteve um diferencial no seu corpo de análise das outras vertentes justamente pela crítica e pela autenticidade conceitual da sua pesquisa. Os seus fundamentos teóricos se baseiam, segundo Dequech (2007), na crítica a economia tradicional do mainstream, o que conseqüentemente desconsidera alguma aproximação com as bases microeconômicas convencionais.

A economia pós-keynesiana mostra seus objetivos de pesquisa quando é revelado o esqueleto da “economia monetária de produção”; preliminarmente eles defendem rigorosamente duas posições: i) de que a moeda é endógena e ii) de que o ambiente da economia é baseado na incerteza. Mais que isso, de que os bancos se comportam como firmas a partir do momento em que eles incentivam a produção e o nível de emprego da economia, e principalmente, de que os seus lucros bancários são medidos em termos monetários (LAVOIE, 2009).

Dequech (2007) caracteriza os pressupostos da economia pós-keynesiana como de caráter heterodoxo. O conceito de heterodoxia vem em sinônimo de diferença, dessa afirmação se tira uma pergunta “diferença em relação a quem?”, sua resposta é: a ortodoxia. Enquanto uma visão de mundo alternativa a “comum”, – denominada de ortodoxia –, a heterodoxia procura fugir dos padrões de análise que estabelecem o mainstream.

As principais características estabelecidas pela economia ortodoxa, ou economia neoclássica, como definida, foram rapidamente perpassadas no início do texto. No entanto, Dequech (2007, p. 280) faz questão de expor alguns princípios quase que religiosos da economia tradicional, e que em geral são ditos como “inquebráveis” ou “imutáveis”:

i) A ênfase no princípio de racionalidade e o uso da maximização da utilidade como critério de racionalidade;

ii) A ênfase ao equilíbrio (ou tendência de equilíbrio) dos mercados;

iii) A negligência a qualquer tipo incerteza radical;

Além disso, podemos adicionar mais dois critérios fundamentais, como princípios complementares:

iv) A ênfase de que se há incerteza ela pode ser medida através do conceito de risco de mercado, – levando em consideração Deprez (2000);

v) A ênfase de que os agentes são individualizados e somente uma abstração de agente econômico é modelada pela teoria;

Estas proposições montam a sistemática da microeconomia neoclássica e representam os microfundamentos exigíveis no mainstream da economia ortodoxa. Sendo assim, a economia heterodoxa procura divergir desses pressupostos radicalmente, procurando estabelecer uma visão de mundo cientificamente alternativa a esta estabelecida.

A diferença é encontrada nos próprios fundamentos da escola pós-keynesiana. Primeiro, como mostra Oreiro (2011) e Lima, Amado e Mollo (2016), uma breve exposição histórica da corrente já posiciona esse afronte. As raízes garantem uma oposição clara a essas premissas paradigmáticas apresentadas, e tal alternativa acaba se desdobrando em outros contextos.

Para Oreiro (2011), historicamente a escola pós-keynesiana se desdobra em pelo menos duas vertentes, a chamada “Escola de Cambridge” e a ala “fundamentalista”. A primeira procura analisar os fatores de crescimento econômico e os impactos da distribuição de renda em um sistema formal metodologicamente fechado, e a segunda procura rejeitar a noção de equilíbrio e aderir sua retórica científica para a dinâmica “tempo-incerteza-moeda”.

Diferentemente da economia ortodoxa, tal pluralidade se deu pela falta de um arcabouço teórico unificado e bem consolidado em relação as propostas de pesquisas realizadas, e essa fragmentação propôs tamanha pluralidade e diversidade teórico-metodológica (OREIRO, 2011; GODLEY e LAVOIE, 2007).

Ainda de acordo com Oreiro (2011), o desenvolvimento da “Escola de Cambridge” começa com os modelos de Harrod e Domar que visaram estabelecer relações entre a distribuição de renda e o crescimento econômico. Seguiu-se nessa linha então autores como Nickolas Kaldor, Luigi Pasinetti, Joan Robinson e entre outros, sempre deixando claro a relação causal do investimento na geração de poupança, na demanda como primazia à oferta.

A vertente fundamentalista aterrissa na década de 1970 com uma crítica voraz a síntese keynesiano-neoclássica carregando a hipótese de que as instituições limitavam a variação da

flexibilidade de preços e dos pontos de equilíbrio. E com essa tese a crítica a síntese keynesiano-neoclássica se encontrou com os estudos desenvolvidos pela linha sobre distribuição e crescimento, dando vez a nomenclatura de “pós-keynesianos”.

Oreiro (2011, p. 291) define alguns pontos cruciais da formação desse programa de pesquisa em seus axiomas, mostrando que a Escola de Cambridge e a ala fundamentalista não são necessariamente opostas, mas complementares, e que, por via disso, apresentam uma sistematização consistente de seus macrofundamentos:

i) Princípio da produção – a produção é conduzida por firmas que visam lucro em termos monetários;

ii) Princípio da estratégia dominante – Existe uma assimetria entre os agentes econômicos, no que se refere ao poder de tomada de decisão – as firmas são os principais agentes que assumem as tomadas de decisão na economia capitalista, decisões que envolvem a direção dos investimentos;

iii) Princípio da temporariedade dos processos econômicos – a produção é um processo que se desenvolve ao longo do tempo – isto é, as firmas produzem com base na decisão de quantidades, do quanto, como, e onde produzir com base nas expectativas de suas demandas;

iv) Princípio da não-egordicidade – a incerteza que circunda o processo de tomadas de decisões nas economias capitalistas resulta da não-egordicidade dos processos econômicos

v) Princípio da coordenação – as economias capitalistas não possuem um sistema de planejamento central, puramente planejado, o que significa que há imprevisão dos fatos e os encontros suscetíveis a erros;

vi) Princípio das propriedades da moeda – esse princípio está intimamente conectado com o anterior, o que significa que a moeda é um ativo de propriedades de saldar dívidas que são estabelecidas a prazos e por contratos, em outras palavras, liquidez.

À primeira vista, tais princípios são definidos a partir de fundamentos macroeconômicos, que constroem o substrato da economia monetária da produção. Tratando dos resultados e exposições colocadas por este autor é possível apenas desenhar um esboço do que seria seus devidos microfundamentos. Essa dificuldade é relatada em King (2012) e Schoder (2017) no argumento de que mesmo que haja um esboço microfundamentado, este não é devidamente sistematizado.

E sem o rigor da formalização teórica, o que pode ser derivado a partir disso são inconsistências nos resultados futuros do progresso da pesquisa. Explicitamente se posiciona Schoder (2017, p. 172, – tradução e acréscimo próprios meus), “em vez de fornecer explicações verbais para as relações comportamentais [dos seus agentes econômicos observados], os pós-

keynesianos deveriam considerar a modelagem da microestrutura dos seus modelos macroeconômicos”.

Sem contrariar Schoder, uma advertência inicial a ser feita é que o estudo da macroeconomia não pode ser reduzido, ou subordinado, a lógica dos pressupostos microeconômicos. É possível afirmar que a macroeconomia keynesiana é diversa e heterogênea, mas que também é vulnerável caso não tenha microfundamentos bem definidos, como pode, pois então, acabar perdendo o seu poder crítico de análise, como bem também a essência de alguns dos seus principais resultados de pesquisa.

Nesse quesito, a microeconomia neoclássica, ao longo da história, teria infectado as correntes keynesianas justamente por dissolver o caráter crítico e a essência de seus resultados, violando os princípios descritos anteriormente, principalmente aqueles que dizem respeito aos aspectos da moeda e da não-egordicidade. A posição de Schoder (2017) anuncia o problema, todavia, não foi só a economia neoclássica que fez hibridismos aos macrofundamentos keynesianos. Há também outra corrente em questão que merece destaque: a teoria marxista.

### **3. OS MICROFUNDAMENTOS AXIOMÁTICOS DA TEORIA DO VALOR TRABALHO: A HIPÓTESE DE KEEN (1996)**

#### *3.1 A influência do pensamento de Marx nos pós-keynesianos: temas centrais e debate*

Começando com a ideia de Lavoie (2009), no seu diagrama das demonstrações históricas que o trajeto keynesiano seguiu, Marx se enquadra como um antecessor de Kalecki, o que o coloca como um “pós-keynesiano precoce”. Hein (2019) adota a mesma visão, no entanto, procura explorar não só Kalecki, como também outros pensadores: Sraffa, Keynes e Minsky. Esse tipo de ideia constitui o panorama perfeito para enquadrar onde a teoria do valor trabalho entra na concepção desses autores, e partindo disso podemos entender como as concepções centrais d’O Capital se perpetuam ao longo desse trajeto.

Para Hein (2019) haveria pontos de extrema relevância ao qual a teoria pós-keynesiana trataria a teoria marxista: i) o problema da transformação dos termos de valores em termos de preços no Livro III d’O Capital; ii) a análise monetária baseada na teoria do valor trabalho; iii) a questão da demanda agregada e dos lucros; e iv) a questão da instabilidade econômico-financeira.

Tratando do primeiro, os estudos de Sraffa ganham notabilidade em relação a uma teoria dos preços relativos no longo prazo, e no segundo, as ideias da teoria monetária da produção casam na influência do pensamento de Keynes. A questão dos agregados e da determinação da taxa de lucro é onde se desenvolve as noções de Kalecki, e a instabilidade financeira, mesmo

Marx não sendo citado, se encaixa bem com a percepção de Minsky sobre os ciclos econômicos (HEIN, 2019).

Enquanto em alguns momentos as principais premissas da teoria do valor trabalho são relaxadas, outras são levadas a uma consequência lógica formal última, uma determinação. O que pode ser observado é que, nos limites, os pacotes de axiomas que prendem a teoria do valor não são compatíveis com todas as aparelhagens teórico-conceituais pós-keynesianas (KEEN, 1996; HEIN, 2019). Colocando isso na sistemática geral da obra de Marx, quer dizer que em determinados pontos a teoria do valor trabalho é desmontada e remontada para determinados fins categóricos.

Em todos estes autores Marx entra como suporte e problema. Ele elucida problemas, e como resposta, traduzindo-o para a linguagem pós-keynesiana, tais pensadores procuram responde-la e criar sua própria percepção. Sempre deixando claro os conceitos de demanda efetiva e a crítica a Lei de Say, a sistemática conceitual procura estabelecer definições rigorosas.

O diagnóstico dessas pesquisas mostra que a teoria do valor é fundamental para a construção teórica pós-keynesiana, e que também, esta não possui uma posição marginal tão distante como pode-se acabar pensando. Na verdade, como bem coloca Hein (2019), não haveria ao certo um Marx “precocemente pós-keynesiano”, como implicitamente afirma Lavoie (2009), mas que haveria um Marx construído de acordo com as afirmações pós-keynesianas que difere bastante do Marx no campo da corrente marxista, pós-marxista e neomarxista.

A pergunta exigível é: até onde a teoria marxista pode colaborar com as concepções pós-keynesianas? Suas respostas podem se inúmeras e de diferentes formas. Vendo que o legado marxista também se opõe as premissas básicas e “imortais” do mainstream, que uma parte nada insignificante dos pensadores pós-keynesianos adota premissas e problemas elucidados na obra d’O Capital, teria alguma chance da teoria marxista propor microfundamentos aos resultados macroeconômicos da teoria pós-keynesiana? A resposta de Steve Keen (1996) é talvez.

### 3.2 *Uma possível microfundamentação marxista da macroeconomia pós-keynesiana: a aposta de Steve Keen (1996)*

Entrando pouco mais afundo no problema, um dos pontos interessantes a serem averiguados é como funciona o arcabouço teórico marxista. Sem entrar no mérito da composição filosófica disso, podemos dizer, em síntese, que a estrutura fundamental da teoria do valor trabalho teria como base axiomas chave que refletiriam a eficácia do método, aquilo que é definido por

Lakatos (1978) como os objetivos principais e fundantes do programa de pesquisa, ou melhor colocando, o seu hardcore teórico.

Tais axiomas são sintetizados por Keen (1996, p. 4-5) na análise da mercadoria do livro I, II e III d'O Capital (2013a, 2013b e 2017):

- i) O Valor é socialmente necessário e medido pelo tempo de trabalho;
- ii) Quando os mercados estão em equilíbrio significa que as mercadorias são trocadas exatamente nos seus termos de valor;
- iii) No modo de produção capitalista a capacidade de trabalhar, a força de trabalho, se torna uma mercadoria;
- iv) Na esfera da produção a força de trabalho empregada, capital variável, transfere seu valor diretamente ao produto, enquanto o trabalho morto, capital constante, indiretamente;
- v) Há uma diferença significativa entre a mercadoria que é vendida para os trabalhadores, a força de trabalho, e a mercadoria consumida na produção, o próprio trabalho;
- vi) Na concorrência capitalista, os valores de troca divergem dos preços de equilíbrio, e estes são determinados através de uma margem (mark-up) do capital social total empregado (capital constante e variável);
- vii) O axioma dois e seis combinados reformulam a transformação de valores em preços;

E como o próprio autor coloca, estes axiomas são familiares para os estudantes de Marx, contudo eles precisam ser sutilmente reinterpretados em outra perspectiva, sem colocar em risco o método, para o caso presente, numa teoria axiomática da mercadoria baseada no valor trabalho:

- i) A mercadoria é uma unidade essencial no capitalismo;
- ii) A mercadoria tem dois aspectos fundamentais: valor de uso e de troca;
- iii) No capitalismo, valores de uso e de troca são incomensuráveis;
- iv) Valor de uso é objetivo na mercadoria, de suas qualidades físicas;
- v) O valor de troca de uma mercadoria é o valor de troca utilizado na sua produção;
- vi) No capitalismo, a capacidade de realizar trabalho, a força de trabalho, se tornou uma mercadoria;
- vii) O capitalismo possui dois circuitos principais: o circuito do capital na forma de mercadoria (onde o objetivo é o consumo das mercadorias) e o circuito do capital dinheiro (onde o objetivo é a realização do mais-valor).

O trabalho deste autor, mesmo que não tenha sido devidamente reconhecido, não para por aí. Uma questão surge: como testar estes axiomas? Do mesmo modo em que os modelos pós-keynesianos são testados, é uma exigência teórica que as afirmações satisfaçam as premissas



principais do seu quadro teórico. Tendo em base a macrofundamentação pós-keynesiana, partiremos do seu núcleo principal: i) a teoria monetária da produção; e ii) a demanda efetiva e a crítica e Lei de Say.

### 3.2.1 A TEORIA MONETÁRIA DA PRODUÇÃO E A TEORIA MONETÁRIA DO VALOR

Na análise de Hein (2019), as condições pré-estabelecidas na primeira parte do Livro I d'O Capital (2013a) e o desenvolvimento de resultados no Livro II e III (2013b e 2017) recapitulam o que pode ser considerado aqui como uma “teoria monetária do valor”, em comparação com a “teoria monetária da produção” pós-keynesiana, aqui alguns apontamentos interessantes são salientados; como que, se i) a teoria monetária em Marx estaria acoplada no conceito de mercadoria, e se ii) qual a forma adequada dos seus microfundamentos se harmonizarem sem complicações na teoria monetária da produção pós-keynesiana.

Antes de tomar alguma proposição antecipada, é preciso deixar claro que a análise de Marx e a análise de Keynes possuem contextos diferentes. Em um se destaca a noção de moeda padrão ouro, e no outro a moeda possui um motivo especulação. A novidade do trabalho de Hein (2019) é perpassar que essa grande diferença pode ser amenizada através da distinção entre a “teoria monetária do valor” e a “teoria monetária da mercadoria”.

Primeiramente Hein (2019, p. 7) argumenta que necessariamente não é preciso que a teoria do valor vista aqui seja a “teoria do valor incorporada ao trabalho” e nem que a teoria do dinheiro seja a “teoria do dinheiro das mercadorias”. A despeito disso, para Marx (2013a), o dinheiro, no modo de produção capitalista, se comporta como uma mercadoria; possui valor de uso e de troca, e que intrinsecamente comportaria valor trabalho. No entanto, enquanto mercadoria, o seu caráter “especial” se daria pela capacidade de ser um equivalente universal.

Contraditoriamente, para o possível “acoplamento”, seguir essa linha lógica unilateral não levaria a grandes resultados. O ponto de partida correto seria a compreensão da forma-valor, e na colocação axiomática da teoria da mercadoria, o dinheiro como mercadoria e não-mercadoria (KEEN, 1996). Mercadoria porque se comporta como tal, não-mercadoria porque o dinheiro não é produzido pelo meio de outras mercadorias, restando ao elemento dinheiro, mais tardar capital monetário, uma tensão contraditória.

E somente a partir dessa visão é que o dinheiro se torna um equivalente universal socialmente necessário e aceito pela sociedade, se transforma em moeda. E por isso, sim, tal fenômeno refletiria seu suposto “caráter especial”, não por termos quantitativos, e sim por termos qualitativos. Isso se dá pelo fato de que a forma valor e o dinheiro devem representar o “trabalho abstrato” socialmente estabelecido.

Como mercadoria, o dinheiro ramifica o sistema de crédito, e como não-mercadoria, ele selegitima como moeda socialmente aceita e absolutamente equivalente. Assim, a teoria monetária do valor de Marx entraria em acordo com as concepções de Keynes e com a teoria monetária da produção: i) observando que a moeda é endógena e parcialmente determinada pelos meios externos; ii) de que a teoria monetária do valor nega a teoria quantitativa da moeda.

### 3.2.2 O DEBATE DA DEMANDA EFETIVA E A CRÍTICA A LEI DE SAY

O anúncio clássico da Lei de Say é a máxima de que “a oferta cria sua própria demanda”. A afirmativa diz respeito que haveria um equilíbrio geral entre o produto, os preços, e a oferta de moeda. Com o debate na economia neoclássica, há concordância entre a Lei de Say e a teoria quantitativa da moeda, estas são complementares e deduzem algumas proposições fundamentais no equilíbrio da teoria das economias de mercado: i) a moeda é neutra; ii) a economia é baseada nas preferências matematicamente idealizadas; iii) a produção marginal do trabalho direciona o ponto de equilíbrio do pleno emprego.

Para Marx, o modo de produção capitalista teria funções contraditórias dentro da sua própria aceção, que, levaria, no longo prazo, a uma súbita crise de superprodução relativa de mercadorias (e capital). Uma dessas tendências inatas seria a pressão da concorrência e das inovações tecnológicas. Funcionalmente o desemprego derivaria do conjunto contraditório de impulsos provenientes da dialética entre capital constante e capital variável.

A crítica do autor em cima da Lei de Say, como denota Carvalho (1986), Sardoni (1997), Carvalho e Carvalho (2013) e Taveira, Clemente e Clemente (2013), é direcionada especialmente a David Ricardo devido a proposição de que haveria condições, num ambiente de livre-mercado, das forças de oferta e demanda se manterem em equilíbrio. Consagrando, assim, a crítica de Marx a um autor de envergadura liberal-clássica, e não, como classifica Taveira, Clemente e Clemente (2013), de categoria neoliberal.

Para estes mesmos autores, Keynes também teria um ataque sobre a Lei de Say. Diferente de Marx, ele não ataca diretamente Ricardo, mas Marshall, sob a condição de que o equilíbrio estaria relacionando diretamente ao nível de pleno emprego. Carvalho e Carvalho (2013) mostram que a crítica de Keynes estaria indo indiretamente também a formalização de Ricardo, e que a recusa de Marx se resumiria a questões ideológicas.

Em suma, os dois autores, de maneiras distintas, teriam como objeto de crítica a Lei de Say, e as aproximações de diversos autores, segundo Taveira, Clemente e Clemente (2013), apresentariam problemas teórico-metodológicos. O que não quer dizer que não haja nenhuma,

em absoluto, correspondência de ambas as teorias. O debate se desenrola numa determinação: se ambos convergem ou divergem.

Numa perspectiva pós-keynesiana, Carvalho (1986) e Taveira, Clemente e Clemente (2013) injetam uma luz nesse impasse, de que é necessário a formalização de uma teoria monetária entre Marx e Keynes para que juntos, em dissonância, convergissem em uma só harmonia crítica.

Como apresentado no tópico anterior, Keen (1996) e Hein (2019) estão cientes disso. Por isso, a forma valor, e a visão de mercadoria e não-mercadoria, estariam dispostas a conceber possibilidades na categorização da demanda efetiva.

A incerteza de realizar a produção das mercadorias e as expectativas do futuro e do cálculo econômico do produto se cristalizam na prática.

A estrutura do Livro II (2013b) procura salientar a dicotomia conflituosa entre capital fixo e capital circulante, ambos, em ação conjunta, remontam os tempos de circulação do capital. Considerando que no modelo, i) as mercadorias são trocadas aos seus valores, ii) não há turbulências causadas pelas inovações tecnológicas, e em suma, iii) o mundo da produção não produz instabilidades, há possibilidades ocasionais e muito rigorosas do sistema encontrar pontos de equilíbrio num regime de acumulação ampliada.

A demanda efetiva e a promoção da oferta, dessa situação, se concentra nas mãos da classe capitalista pelo fato de que capital variável (investimento em emprego de força de trabalho) é um custo, e suas tomadas de decisão (individuais) das quantidades produzidas se baseiam na produção lograda anteriormente, numa relação de tempo (TAVEIRA, CLEMENTE e CLEMENTE, 2013 apud SHAIKH, 1983).

“Se ocorresse o caso de o investimento do presente ano acompanhar o crescimento da oferta do ano anterior, não haveria nem excesso nem falta de demanda. Porém, se o investimento crescer a uma velocidade inferior ao da produção prévia, então haverá falta de demanda, ao mesmo tempo em que os capitalistas estariam expandindo sua capacidade produtiva” (TAVEIRA, CLEMENTE e CLEMENTE, 2013, p. 7).

A conclusão disso é que caso haja falta de demanda, ou subconsumismo, dependendo de como estão reagindo as forças de produção e a circulação, esta não é uma tendência, o que não inviabiliza sua possibilidade de ocorrência. E a preocupação geral da teoria marxista não é a falta de demanda, mas, a realização das mercadorias e do mais-valor.

Para Marx, uma contra tendência de crise primeira, ainda no patamar das formas do capital, seria a expansão do crédito para sanar os tempos de rotação, ou de um agente externo (possivelmente o Estado); o que também compartilha Keynes. Assim, para Marx e Keynes, esse

problema sistemático estaria concentrado na realização incerta do consumo das mercadorias sob o tempo; na esfera do valor de uso e da realização do mais-valor.

De maneira análoga, o problema da demanda efetiva é concordante. Todavia, diferentemente de Keen (1996), o argumento de Marx seria que tal solução é apenas para o curto prazo, e que logo rebocaria uma acumulação de tensões até o grande impacto das crises temporais do capital. Isto é, as crises de superprodução relativa, mesmo aparentemente concordando com o conceito Keynesiano, possui outras profundidades.

Assume-se aqui que estas profundidades estariam ligadas a própria elaboração teórico-metodológica dos dois autores; de outro modo, o método dialético e método da lógica formal discordam. O encontro dos resultados é a negação a Lei de Say, e o seu desencontro é o método de análise empregado. Logo, caberia mais cuidado a análise monetária em tratar sobre esses termos, pois, devido a conceituação do que seria moeda em Marx e Keynes, muitas consequências práticas podem ser deduzidas na crítica da Lei de Say.

#### 4 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foi visto que as premissas lançadas por Oreiro (2011), algumas delas se relacionam positivamente com as microfundamentações marxistas, como o princípio da produção (de que as firmas visam o lucro), da estratégia dominante (de que as firmas são as tomadoras de decisão), coordenação, e etc. E também foi visto que os axiomas da teoria da mercadoria, numa nova roupagem a teoria do valor, também é compatível com os macrofundamentos pós-keynesianos, e que também a teoria monetária do valor chega a ser harmônica com a teoria monetária da produção.

Apresentando estas assimilações, a proposta do Keen (1996), como vista, é que a corrente pós-keynesiana poderia imputar este arcabouço como um suporte chave dentro da sua teoria microeconômica, o que daria gás a uma crítica mais voraz direcionada ao mainstream e aos sistemas ortodoxos de interpretação da realidade.

Todavia, observando os resultados encontrados, a hipótese de “acoplar” a teoria do valor numa sistemática microeconômica pós-keynesiana enfrentaria grandes controvérsias. A literatura mostra que quando tratado do conceito de demanda efetiva em Marx, se encontra dificuldades sérias na formulação do problema e na execução das metodologias, pondo em risco toda a construção de assimilações.

Sobre o que não foi exposto, a filiação filosófica, o que parece é que a lógica dialética muitas vezes entra em conflito com a lógica dedutiva formal, ainda em determinados momentos ambas se encontrando. Condenando uma conciliação impossível, o problema da demanda efetiva

é aceito nas versões subconsumistas da teoria das crises em Marx. Por outro lado, capturando o retrato de crise na versão marxista da superacumulação, os diagnósticos são distantes.

Do mesmo jeito, não se pode falar de um Marx que se adeque a teoria pós-keynesiana por completo, a sistemática da teoria do valor, ainda que não acabada, deve ser considerada original, isto é, próxima e hostil. E de maneira análoga, não se pode tratar de um “pós-keynesianismo” que seja adequado a teoria marxista, devido ao seu viés metodológico incompatível.

O óbvio é que não se pode apanhar um autor clássico e recortá-lo em quantas partes bem entende só para sustentar uma pesquisa, como pretendia Keen (1996). Desse modo, a teoria econômica possui correntes e paradigmas que merecem ser respeitados e tratados com cautela quando forem trabalhados hibridismos teóricos.

Logo, a conciliação entre teoria marxista e teoria keynesiana só seria possível, mas pouco provável, supondo uma reformulação dos microfundamentos pós-keynesianos, avançando no debate, e considerando como problemas chave: i) as composições e revisões metodológicas assumidas; ii) a formulação de conciliações entre a teoria da crise marxista e a teoria da crise keynesiana; iii) uma nova elaboração epistemológica para pesquisa; e iv) avanço na comparação da teoria do crédito marxista e teoria monetária da produção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, F. J. C.; A Teoria Monetária em Marx. REP. Revista de Economia Política, v.6, n.4, pp. 5 - 21. 1986.
- CARVALHO, André Cutrim; CARVALHO, David Ferreira. As críticas de Karl Marx e John Maynard Keynes à teoria (neo) clássica. Revista de Economia Mackenzie, v. 11, n. 2, 2013.
- DEQUECH, David. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. Journal of Post Keynesian Economics, v. 30, n. 2, p. 279–302, 2007.
- DEPREZ, Johan. Risk, Uncertainty, and nonergodicity in the determination of Investment-backed Expectations: a Post Keynesian Alternative to Posnerian Doctrine in the Analysis of Regulatory Takings. Loy. LAL Rev., v. 34, p. 1221, 2000.
- DUARTE, P. G.; LIMA, G. T. “Privileging micro over macro? A history of conflicting positions.” In: DUARTE, P. G.; LIMA, G. T. (Eds.). Microfoundations reconsidered: The relationship of Micro and Macroeconomics in Historical Perspective. Cheltenham: Edward Elgar. 2012.
- FERREIRA, Adriana Nunes. Controvérsias sobre a macroeconomia de Keynes e seus possíveis fundamentos microeconômicos. Nova Economia, v. 28, n. 1, p. 155–180, 2018.
- GODLEY, W.; LAVOIE, M. Monetary economics: an integrated approach to credit, money, income, production and wealth. London: Macmillan, 2007.
- GONTIJO, Cláudio. Notas críticas sobre a macroeconomia novo-keynesiana. Revista de economia política, v. 29, n. 2, p. 285, 2009.

- HEIN, Eckhard. Money, interest and capital accumulation in Karl Marx's economics: a monetary interpretation and some similarities to post-Keynesian approaches. *The European Journal of the History of Economic Thought*, v. 13, n. 1, p. 113–140, 2006.
- HEIN, Eckhard. Karl Marx: An early post-Keynesian? A comparison of Marx's economics with the contributions by Sraffa, Keynes, Kalecki and Minsky. Working Paper, 2019.
- KEEN, Steve et al. A Marx for Post Keynesians. Online: <http://www.debtdeflation.com/blogs/wp-content/uploads/papers/Amfpk.pdf>, 1996.
- SARDONI, Claudio. Keynes and Marx. A "Second Edition" of *The General Theory*, p. 261–80, 1997.
- LAVOIE, Marc; RODRIGUEZ, Gabriel; SECCARECCIA, Mario. Similarities and discrepancies in post-Keynesian and Marxist theories of investment: a theoretical and empirical investigation. *International Review of Applied Economics*, v. 18, n. 2, p. 127–149, 2004.
- LAVOIE, Marc. *Introduction to post-Keynesian economics*. Springer, 2009.
- LAKATOS, I. The methodology of scientific research programmes. In: WORRAL, J.; CURRIE. *Philosophical papers*. Cambridge: Cambridge Univ., 1978.
- LIMA, Pedro Garrido da Costa; AMADO, Adriana Moreira; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *Fundamentos macroeconômicos nas perspectivas de Marx e Keynes: Contribuições para a heterodoxia*. 2016.
- SARDONI, C. Keynes and Marx. University of Rome "La Sapienza" in Harcourt and P. Riach eds. London and New York: Routledge, 1997. Disponível em: <<[www.cfeps.org/ss2008/ss08r/Sardoni/Keynes%20and%20Marx.pdf](http://www.cfeps.org/ss2008/ss08r/Sardoni/Keynes%20and%20Marx.pdf)>> Acesso em: 28/11/2019.
- SHAIKH, A. Uma Introdução a História das Teorias de Crise. Porto Alegre: Ensaio FEE, 1983.
- OREIRO, José Luís. Economia pós-keynesiana: origem, programa de pesquisa, questões resolvidas e desenvolvimentos futuros. *Ensaio FEE*, v. 32, n. 2, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital: livro 1, o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, v. 894, 2013a.
- MARX, Karl. *O Capital – Livro II – O Processo de Circulação do capital*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- TAVEIRA, Alexandre P.; CLEMENTE, Leonel T.; CLEMENTE, Ademir. Demanda efetiva em Marx e Keynes: uma crítica às tentativas de assimilação. *Anais do XVI Encontro Nacional da Região Sul*, 2013.

***Recebido para avaliação em 05 de janeiro de 2021.***

***Aceito para publicação em 05 de março de 2021.***

## O PROBLEMA DOS MICROFUNDAMENTOS PÓS-KEYNESIANOS: MARX, NECESSIDADE OU CONTINGÊNCIA?

### RESUMO

O marco do pensamento de Keynes se perpetuou em grandes áreas dentro do corpo teórico e prático das ciências econômicas. E dentre essas perpetuações se encontra uma série de filtros e formas que reinterpretam a Teoria Geral do Juros, Emprego e Renda de 1936, e mais adentre estas, uma se destaca: o pensamento pós-keynesiano. Como uma corrente relativamente “nova”, a literatura mostra que há problemas encontrados na sua microfundamentação teórica, e que também a influência do pensamento marxista pode aparecer como uma possível solução (ou não) de suas lacunas. O objetivo principal deste artigo foi encontrar os principais resultados desse tema, averiguar as possibilidades de hibridismos teóricos mais consistentes com a corrente marxista, salientar as controvérsias, e definir quais seriam os pontos de intersecção mais comuns entre ambos, e quais os pontos de discordância mais proeminentes.

Palavras-chave: Marx; pós-keynesianismo; teoria econômica; economia política.

### THE PROBLEM OF POST KEYNESIAN MICROFUNDING: MARX, NEED OR CONTINGENCY?

#### ABSTRACT

Keynes's frame of thought has been perpetuated in large areas within the theoretical and practical body of the economic sciences. And among these perpetuations is a series of filters and forms that reinterpret the 1936 General Theory of Interest, Employment, and Income, and most prominently among them, one stands out: post-Keynesian thinking. As a relatively "new" current, the literature shows that there are problems encountered in its theoretical microfoundation, and that the influence of Marxist thought may also appear as a possible solution (or not) of its shortcomings. The main objective of this paper was to find the main results of this theme, to investigate the possibilities of theoretical hybridity more consistent with the Marxist current, to highlight the controversies, and to define which would be the most common points of intersection between them, and which points of disagreement are more common prominent.

Key-words: Marx; post Keynesianism; economic theory; political economy.